

---

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**  
**Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2010 de 14 de Janeiro de 2010**

---

A ISOPOR, SA, manifestou a intenção de desenvolver, nas ilhas de São Miguel e Terceira, um projecto de investimento inovador a ser desenvolvido em áreas sem qualquer paralelismo na Região, como são as da Medicina Nuclear, Farmácia, Indústria Alimentar, Cosmética e Biotecnologia, tendo apresentado o respectivo pedido de reconhecimento de PIR em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º e com os n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2007/A, de 21 de Novembro.

Considerando que este projecto se enquadra nos principais eixos do Programa do X Governo dos Açores, seja fomentando políticas que incentivem a iniciativa privada a investir no sector da Saúde, seja apoiando iniciativas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação realizadas em contexto empresarial como forma de dinamizar a economia regional.

Assim, tendo sido aprovada pela APIA, Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., a proposta de decisão sobre o reconhecimento do referido projecto como PIR, através da Deliberação n.º 12, de 10 de Dezembro de 2008.

Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2007/A, de 21 de Novembro, o Conselho do Governo resolve:

- 1.Reconhecer o projecto de investimento “Instalação e exploração de duas unidades de prestação de serviços de apoio ao diagnóstico clínico por imagem, nas ilhas de São Miguel e Terceira e uma unidade de produção e distribuição de isótopos emissores de positrões na Ilha Terceira”, promovido pela Isopor, SA, como Projecto de Interesse Regional (PIR).
- 2.Determinar que o presente reconhecimento seja válido por um período de três anos, a contar da data da publicação da presente resolução.
- 3.Fixar em 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato de concessão de incentivos, o prazo máximo para que o promotor inicie as obras relativas ao projecto.
- 4.Determinar que caso se verifiquem alterações nos pressupostos iniciais do projecto apresentado junto da APIA, Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., ou incumprimento por motivos imputáveis ao promotor, tal constituirá a revogação imediata do presente reconhecimento.
- 5.A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 5 de Janeiro de 2010. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.